



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE RORAIMA – CREA-RR

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE RORAIMA (CREA-RR) E A EMPRESA (XXXX).

CONTRATANTE: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE RORAIMA (CREA-RR), autarquia pública federal dotada de personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.929.034/0001-90, com sede na Rua Major Manoel Correia, 413, Bairro São Francisco, Boa Vista-RR, CEP 69.305-100, neste ato representada por seu Presidente, o Sr. NEOVÂNIO SOARES LIMA, brasileiro, portador do CPF nº e RG nº, conforme atribuições conferidas pela Portaria de sua nomeação.

CONTRATADA: ****, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede na, neste ato representada pelo seu, Sr. ****, portador do CPF nº e RG nº.

As partes acima qualificadas resolvem celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes, em estrita observância à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, à Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017, e ao Processo Administrativo nº 00300/2026-CREA-RR, cujos termos e preceitos de direito público aplicam-se a este ajuste.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente instrumento contratual tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de limpeza, conservação e higienização, a serem executados nas dependências do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Roraima – CREA/RR, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, compreendendo o fornecimento integral de todos os recursos humanos, materiais, insumos, equipamentos, ferramentas, uniformes e equipamentos de proteção individual – EPIs necessários à perfeita execução contratual, nos termos e condições estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e demais documentos que integram o presente ajuste.

1.2. Os serviços ora contratados abrangem, de forma ampla, contínua e sistemática, a execução de atividades de limpeza, asseio, conservação e higienização de ambientes internos, externos e esquadrias, incluindo, mas não se limitando, à remoção de resíduos, lavagem, desinfecção, conservação de superfícies, manutenção das condições sanitárias e de salubridade dos espaços físicos, bem como a execução de serviços correlatos necessários à preservação das condições adequadas de uso, funcionalidade e apresentação das instalações da CONTRATANTE.

1.3. Integram o escopo contratual, ainda, a execução de serviços acessórios indispensáveis à manutenção do padrão de qualidade exigido pela Administração, incluindo a realização periódica de roçagem das áreas internas e externas, com o devido recolhimento, acondicionamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE RORAIMA – CREA-RR

observadas as normas de higiene, segurança do trabalho e sustentabilidade aplicáveis.

1.4. A execução dos serviços dar-se-á sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, caracterizado pela disponibilização contínua de trabalhadores alocados às dependências da CONTRATANTE, vedado o compartilhamento de recursos humanos com outros contratos, devendo a CONTRATADA assegurar a presença permanente dos profissionais necessários à cobertura integral dos postos de trabalho, garantindo a regularidade, continuidade e eficiência da prestação dos serviços.

1.5. Os serviços deverão ser executados em estrita observância aos padrões mínimos de qualidade e desempenho definidos no Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar e no Instrumento de Medição de Resultados (IMR), devendo a CONTRATADA adotar todas as providências necessárias à manutenção dos níveis adequados de eficiência, produtividade e qualidade, sob pena de aplicação das glosas, sanções e demais medidas administrativas cabíveis.

1.6. A prestação dos serviços compreenderá, obrigatoriamente, o fornecimento contínuo e adequado de todos os materiais de consumo, produtos de limpeza, equipamentos, utensílios, uniformes e equipamentos de proteção individual, em quantidades e qualidades suficientes à plena execução contratual, competindo exclusivamente à CONTRATADA a responsabilidade por sua reposição, manutenção e substituição, sempre que necessário.

1.7. A execução contratual deverá observar rigorosamente as disposições da Lei nº 14.133/2021, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98/2022, bem como demais normas legais, regulamentares e técnicas pertinentes à matéria, inclusive aquelas relacionadas à saúde, segurança do trabalho, legislação trabalhista, previdenciária e ambiental.

1.8. O objeto contratual será executado nas dependências da sede do CREA/RR, localizada na Rua Major Manoel Correia, nº 413, Bairro São Francisco, Boa Vista/RR, podendo, mediante justificativa da Administração, abranger outros espaços sob responsabilidade da CONTRATANTE, desde que mantida a compatibilidade com o objeto contratado e observados os limites legais e contratuais.

1.9. Vinculam-se ao presente contrato, independentemente de transcrição, todos os documentos integrantes do processo administrativo nº 00300/2026, em especial o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência e seus anexos, bem como a proposta da CONTRATADA, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do instrumento convocatório e seus anexos.

1.10. A natureza contínua dos serviços ora contratados impõe à CONTRATADA o dever de assegurar a sua execução ininterrupta, eficiente e adequada, de modo a não comprometer o funcionamento das atividades institucionais da CONTRATANTE, constituindo obrigação essencial do contrato a manutenção das condições de salubridade, conservação patrimonial e regularidade operacional dos ambientes administrativos.

1.11. A execução dos serviços deverá observar integralmente as especificações técnicas, padrões de qualidade, quantitativos, insumos, materiais e equipamentos previstos no Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar, que integram este contrato para todos os fins de direito.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE RORAIMA – CREA-RR

1.12. Os insumos e materiais empregados na execução deverão atender rigorosamente às especificações técnicas constantes do Termo de Referência, sendo vedada a utilização de produtos em desconformidade ou de padrão inferior.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O presente contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ter sua eficácia condicionada à publicação do respectivo extrato na imprensa oficial, nos termos da legislação aplicável.

2.2. Considerando a natureza contínua dos serviços contratados, cuja interrupção compromete diretamente o regular funcionamento das atividades institucionais da CONTRATANTE, o presente ajuste poderá ser prorrogado sucessivamente, por interesse da Administração, até o limite máximo de 10 (dez) anos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.3. A prorrogação contratual ficará condicionada à demonstração formal, nos autos do processo administrativo, da manutenção da vantajosidade econômica da contratação, mediante análise comparativa de preços de mercado, bem como à comprovação de que a execução contratual vem sendo realizada de forma regular, eficiente e em conformidade com os padrões de qualidade estabelecidos.

2.4. Para fins de prorrogação, deverão ser obrigatoriamente observados, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I – existência de manifestação formal e motivada da autoridade competente quanto à necessidade de continuidade dos serviços;
- II – comprovação, mediante relatório circunstanciado da fiscalização contratual, de que os serviços vêm sendo prestados de forma satisfatória e sem registros relevantes de inadimplemento;
- III – demonstração da manutenção das condições de habilitação e qualificação da CONTRATADA;
- IV – inexistência de sanções impeditivas de contratar com a Administração Pública;
- V – anuência expressa da CONTRATADA quanto à prorrogação;
- VI – avaliação da vantajosidade econômica, inclusive com eventual negociação de preços, quando cabível.

2.5. A prorrogação do contrato será formalizada mediante a celebração de termo aditivo, o qual deverá ser precedido de instrução processual adequada, contendo todos os elementos necessários à comprovação do atendimento dos requisitos legais e contratuais.

2.6. Nas hipóteses de prorrogação, a Administração deverá promover a revisão dos custos não renováveis eventualmente já amortizados no período inicial da contratação, de modo a evitar a sua indevida recomposição nos períodos subsequentes, em observância aos princípios da economicidade e da eficiência.

2.7. A prorrogação contratual não constitui direito subjetivo da CONTRATADA, ficando



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE RORAIMA – CREA-RR

condicionada exclusivamente à conveniência e oportunidade da Administração Pública, bem como ao atendimento integral dos requisitos legais e contratuais.

2.8. O contrato não poderá ser prorrogado caso seja constatada a ocorrência de irregularidades graves na execução contratual, inadimplemento reiterado das obrigações assumidas ou aplicação de sanções que impeçam a continuidade da contratação, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas cabíveis.

2.9. A eventual prorrogação contratual não afasta a possibilidade de revisão, repactuação ou reequilíbrio econômico-financeiro, quando cabíveis, desde que observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

3.1. O regime de execução do objeto contratual dar-se-á sob a forma de empreitada por preço global, com dedicação exclusiva de mão de obra, competindo à CONTRATADA a integral responsabilidade pela organização, coordenação, direção e execução dos serviços, observadas as disposições constantes deste contrato, do Termo de Referência, do Estudo Técnico Preliminar e demais documentos que integram o processo administrativo nº 00300/2026.

3.2. A execução dos serviços deverá ocorrer de forma contínua, ininterrupta e sistemática, assegurando-se a manutenção permanente das condições adequadas de limpeza, conservação, asseio e higienização dos ambientes da CONTRATANTE, em estrita observância aos padrões mínimos de qualidade, produtividade e desempenho estabelecidos pela Administração.

3.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar e manter, durante toda a vigência contratual, o quantitativo de mão de obra necessário à perfeita execução dos serviços, devidamente qualificado, uniformizado e equipado, responsabilizando-se integralmente pela sua gestão, supervisão e substituição imediata, sempre que necessário, de modo a evitar qualquer descontinuidade na prestação dos serviços.

3.4. A substituição de empregados, nas hipóteses de ausência, afastamento, férias, licenças ou qualquer outra intercorrência, deverá ocorrer no prazo máximo de 2 (duas) horas, contado da ciência da CONTRATADA, sem prejuízo da continuidade dos serviços e sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.

3.5. A execução contratual observará os horários e jornadas definidos no Termo de Referência, especialmente a carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, distribuídas conforme a necessidade da Administração, admitida a compensação de horários, desde que não implique prejuízo à execução dos serviços.

3.6. A CONTRATADA deverá adotar sistema próprio de controle de frequência de seus empregados, mantendo registros atualizados e disponíveis à fiscalização da CONTRATANTE, sendo vedada a transferência dessa responsabilidade à Administração.

3.7. A gestão e fiscalização do contrato serão exercidas por representantes formalmente designados pela CONTRATANTE, os quais atuarão no acompanhamento da execução dos serviços, verificação do cumprimento das obrigações contratuais e avaliação dos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE RORAIMA – CREA-RR

resultados obtidos, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.8. A fiscalização contratual abrangerá, dentre outros aspectos:

- I – a verificação da regularidade da execução dos serviços;
- II – o controle da presença e atuação dos empregados;
- III – a aferição da qualidade dos serviços prestados;
- IV – o acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais;
- V – a validação dos documentos apresentados para fins de pagamento.

3.9. A execução dos serviços será avaliada por meio de Instrumento de Medição de Resultados (IMR), que estabelecerá critérios objetivos de aferição de desempenho, níveis mínimos de qualidade e indicadores de produtividade, vinculando-se diretamente à liberação de pagamentos e à aplicação de eventuais glosas.

3.10. O descumprimento dos níveis mínimos de desempenho estabelecidos no IMR implicará a aplicação de glosas proporcionais nos pagamentos devidos, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis, observados o contraditório e a ampla defesa.

3.11. A CONTRATADA deverá manter preposto formalmente designado, com poderes para representá-la perante a CONTRATANTE, inclusive para receber notificações, prestar esclarecimentos e adotar providências imediatas para a solução de irregularidades identificadas na execução contratual.

3.12. A atuação da fiscalização por parte da CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela execução integral do objeto contratual, permanecendo esta responsável por todos os riscos, encargos e obrigações decorrentes da prestação dos serviços.

3.13. A CONTRATANTE poderá determinar a paralisação de quaisquer atividades que estejam sendo executadas em desconformidade com as normas técnicas, legais ou contratuais, ou que representem risco à segurança de pessoas, bens ou ao interesse público, devendo a CONTRATADA adotar imediatamente as medidas corretivas necessárias.

3.14. A execução dos serviços deverá observar, ainda, as diretrizes de sustentabilidade, segurança do trabalho, saúde ocupacional e boas práticas operacionais, cabendo à CONTRATADA a adoção de todas as medidas necessárias ao cumprimento dessas exigências.

3.15. Eventuais falhas, irregularidades ou inadequações na execução dos serviços deverão ser sanadas pela CONTRATADA no prazo fixado pela fiscalização, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

3.16. A execução dos serviços deverá observar as rotinas operacionais, frequências, metodologias e padrões definidos no Termo de Referência, constituindo tais parâmetros referência obrigatória para fins de fiscalização, medição e aceitação dos serviços.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE RORAIMA – CREA-RR

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. A subcontratação do objeto contratual é, como regra, vedada, em razão da natureza dos serviços contratados, os quais demandam controle direto da execução, padronização de procedimentos operacionais e responsabilidade integral da CONTRATADA, especialmente no que se refere à gestão da mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

4.2. Excepcionalmente, poderá ser admitida a subcontratação de parcelas acessórias, instrumentais ou complementares do objeto, desde que:

- I – haja previsão expressa no Termo de Referência;
- II – seja previamente autorizada, de forma expressa e motivada, pela CONTRATANTE;
- III – não haja prejuízo à execução do objeto principal;
- IV – não implique transferência da responsabilidade integral da execução contratual;
- V – não envolva a cessão da mão de obra vinculada aos postos de trabalho permanentes.

4.3. Em nenhuma hipótese será admitida a subcontratação das atividades-fim relacionadas à execução direta dos serviços de limpeza, conservação e higienização, especialmente aquelas que envolvam a disponibilização de trabalhadores em regime de dedicação exclusiva, permanecendo tais atividades sob responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

4.4. A eventual autorização para subcontratação não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade integral perante a CONTRATANTE, permanecendo responsável por todos os atos, omissões, falhas e irregularidades praticadas por seus subcontratados, inclusive no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e de segurança do trabalho.

4.5. A CONTRATADA deverá exigir de eventuais subcontratados o cumprimento integral das obrigações legais e contratuais aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à regularidade fiscal e trabalhista, segurança do trabalho, proteção ambiental e observância das normas técnicas pertinentes.

4.6. A subcontratação realizada em desacordo com as disposições desta cláusula ensejará a aplicação das sanções administrativas cabíveis, podendo, a depender da gravidade da infração, configurar hipótese de rescisão contratual por inadimplemento.

4.7. É vedada, sob qualquer hipótese, a intermediação irregular de mão de obra, bem como a utilização de empresas interpostas com o objetivo de descaracterizar a relação contratual ou fraudar a legislação trabalhista, sob pena de responsabilização integral da CONTRATADA e adoção das medidas administrativas e legais cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1. O valor mensal estimado da contratação é de R\$ 14.058,50 (quatorze mil e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos), perfazendo o valor global anual de R\$ 168.702,00 (cento e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE RORAIMA – CREA-RR

sessenta e oito mil e setecentos e dois reais), incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, conforme proposta apresentada e aprovada no âmbito do processo administrativo nº 00300/2026.

5.2. Os valores acima consignados compreendem todas as despesas diretas e indiretas necessárias à execução do objeto, incluindo, mas não se limitando a:

- I – salários, encargos trabalhistas, previdenciários e sociais;
- II – tributos, taxas e contribuições de qualquer natureza;
- III – custos com uniformes, equipamentos de proteção individual – EPIs e insumos;
- IV – materiais de consumo e produtos de limpeza;
- V – despesas administrativas e operacionais;
- VI – custos logísticos, transporte e eventuais substituições de pessoal;
- VII – margem de lucro da CONTRATADA.

5.3. O valor contratual possui caráter meramente estimativo, estando o pagamento condicionado à efetiva execução dos serviços e aos quantitativos efetivamente aferidos pela fiscalização contratual, especialmente à luz dos resultados apurados por meio do Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

5.4. A CONTRATADA declara, para todos os fins de direito, que elaborou sua proposta com pleno conhecimento das condições necessárias à execução do objeto, assumindo integral responsabilidade por eventual inadequação de preços decorrente de erro, omissão, subdimensionamento ou avaliação incorreta dos custos envolvidos, não lhe sendo lícito pleitear revisão contratual com fundamento nessas hipóteses.

5.5. Não será admitida a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato com base em fatos previsíveis, ordinários ou inerentes à atividade econômica desenvolvida pela CONTRATADA, incluindo variações usuais de mercado, encargos trabalhistas decorrentes de convenções coletivas ordinárias e demais custos que deveriam ter sido considerados na formulação da proposta.

5.6. A revisão, repactuação ou reequilíbrio econômico-financeiro somente será admitida nas hipóteses legalmente previstas, mediante comprovação robusta e inequívoca da ocorrência de fatos supervenientes, imprevisíveis ou de consequências incalculáveis, que alterem de forma substancial a equação econômico-financeira do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.7. A eventual repactuação de preços observará estritamente as disposições da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, especialmente no que se refere à demonstração analítica da variação de custos, vedada a inclusão de parcelas não comprovadas ou indevidas.

5.8. A Administração poderá, sempre que necessário, proceder à análise detalhada da planilha de custos e formação de preços apresentada pela CONTRATADA, inclusive durante a execução contratual, com vistas a verificar a compatibilidade dos valores praticados com os custos efetivos do mercado e com as obrigações assumidas.

5.9. Na hipótese de prorrogação contratual, deverão ser excluídos ou ajustados os custos não renováveis já amortizados no período inicial da contratação, de modo a evitar



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE RORAIMA – CREA-RR

pagamento indevido por parcelas já quitadas, em observância aos princípios da economicidade e da eficiência.

5.10. A constatação de sobrepreço, superfaturamento ou qualquer inconsistência relevante na formação dos preços poderá ensejar a revisão dos valores contratados, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis e da eventual responsabilização da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento à CONTRATADA será efetuado mensalmente, mediante a comprovação da efetiva execução dos serviços, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, observados os critérios de qualidade, desempenho e conformidade estabelecidos neste instrumento, no Termo de Referência e no Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

6.2. O pagamento ficará condicionado à apresentação, pela CONTRATADA, da respectiva nota fiscal ou fatura, acompanhada de toda a documentação comprobatória da regular execução contratual, bem como da manutenção das condições de habilitação exigidas, especialmente no que se refere à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

6.3. Para fins de liquidação da despesa, a CONTRATADA deverá apresentar, sempre que solicitado pela fiscalização, documentos que comprovem o cumprimento das obrigações trabalhistas relativas aos empregados vinculados à execução do contrato, incluindo, mas não se limitando a:

- I – comprovantes de pagamento de salários;
- II – comprovantes de recolhimento do FGTS;
- III – comprovantes de recolhimento das contribuições previdenciárias;
- IV – folhas de pagamento;
- V – guias de recolhimento de tributos;
- VI – outros documentos que se façam necessários à verificação da regularidade trabalhista.

6.4. A ausência ou irregularidade na documentação exigida poderá ensejar a suspensão do pagamento, até que a CONTRATADA regularize a situação, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

6.5. Os pagamentos estarão diretamente vinculados aos resultados apurados por meio do IMR, de modo que o não atingimento dos níveis mínimos de qualidade e desempenho implicará a aplicação de glosas proporcionais, a serem devidamente apuradas pela fiscalização contratual.

6.6. A CONTRATANTE poderá proceder à retenção de valores devidos à CONTRATADA, sempre que houver indícios de inadimplemento das obrigações trabalhistas, previdenciárias ou fiscais, ou quando necessário para resguardar o interesse público e prevenir a responsabilização subsidiária da Administração.

6.7. Nos casos de inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá, a seu critério, efetuar o pagamento direto aos trabalhadores, utilizando-se dos valores retidos, bem como realizar os depósitos diretamente na conta vinculada prevista neste contrato, sem que isso configure vínculo empregatício ou



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE RORAIMA – CREA-RR

assunção de responsabilidade pela Administração.

6.8. O pagamento observará o prazo legal aplicável, contado a partir da liquidação da despesa, condicionada ao cumprimento integral das exigências contratuais, podendo ser suspenso ou retardado em caso de pendências imputáveis à CONTRATADA.

6.9. A CONTRATANTE não efetuará pagamento por serviços não executados, executados em desacordo com as especificações contratuais ou não devidamente comprovados, reservando-se o direito de glosar, total ou parcialmente, os valores correspondentes.

6.10. Eventuais controvérsias quanto à execução do objeto não impedirão o pagamento da parcela incontroversa, nos termos da legislação aplicável, devendo a Administração promover a devida apuração das divergências.

6.11. Os pagamentos realizados não implicam quitação definitiva das obrigações da CONTRATADA, nem afastam o direito da CONTRATANTE de proceder a ajustes, compensações ou cobranças futuras, caso sejam constatadas irregularidades na execução contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

7.1. Os preços contratados poderão ser repactuados, mediante solicitação da CONTRATADA, com vistas à adequação aos novos custos decorrentes de alterações nos encargos trabalhistas, previdenciários ou de insumos vinculados à execução do objeto, observadas as disposições da legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e a Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017.

7.2. A repactuação será admitida exclusivamente para recomposição da parcela de custos efetivamente impactada por variações comprovadas, sendo vedada sua utilização como mecanismo de recomposição genérica de preços ou de recomposição de margens de lucro.

7.3. A primeira repactuação observará o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado:

- I – da data da proposta ou do orçamento a que esta se referir, no caso de custos decorrentes de mercado; ou
- II – da data de vigência do acordo, convenção coletiva ou instrumento equivalente que fundamentar a variação dos custos de mão de obra.

7.4. Para fins de instrução do pedido de repactuação, a CONTRATADA deverá apresentar demonstração analítica detalhada da variação dos custos, acompanhada de planilha de custos e formação de preços atualizada, devidamente fundamentada e instruída com documentos comprobatórios idôneos.

7.5. A análise da repactuação pela CONTRATANTE considerará, dentre outros aspectos:

- I – a efetiva comprovação da variação dos custos alegados;
- II – a correspondência entre os itens pleiteados e aqueles constantes da planilha de custos original;
- III – a exclusão de custos não comprovados, indevidos ou já amortizados;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE RORAIMA – CREA-RR

IV – a compatibilidade dos valores com os preços de mercado.

7.6. É vedada a inclusão, no pedido de repactuação, de custos estranhos ao objeto contratado, bem como a majoração de parcelas que não tenham sofrido efetiva variação, sob pena de indeferimento parcial ou total do pleito.

7.7. Não serão admitidos pedidos de repactuação baseados em:

- I – erro de dimensionamento da proposta;
- II – má avaliação de custos por parte da CONTRATADA;
- III – variações ordinárias de mercado previsíveis;
- IV – fatores internos da gestão empresarial da CONTRATADA.

7.8. A repactuação, quando deferida, produzirá efeitos a partir da data do fato gerador que lhe deu origem, desde que devidamente comprovado, vedada a retroatividade em relação a períodos anteriores à solicitação formal, salvo disposição legal em contrário.

7.9. A concessão da repactuação dependerá de análise e decisão expressa da Administração, não constituindo direito automático da CONTRATADA, podendo, inclusive, ser precedida de negociação entre as partes, com vistas à manutenção da vantajosidade econômica do contrato.

7.10. Nas hipóteses de prorrogação contratual, a repactuação deverá observar, adicionalmente, a eliminação ou ajuste de custos não renováveis já amortizados, bem como a reavaliação global da equação econômico-financeira do contrato.

7.11. A repactuação não se confunde com o reequilíbrio econômico-financeiro previsto na Lei nº 14.133/2021, o qual somente será admitido em situações excepcionais, decorrentes de fatos imprevisíveis ou de consequências incalculáveis, devidamente comprovados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE, sem prejuízo de outras previstas na legislação aplicável e neste contrato:

- I – exigir o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, conforme disposições contratuais, editalícias e normativas aplicáveis;
- II – acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidores formalmente designados, assegurando o controle da qualidade dos serviços prestados e o cumprimento das obrigações assumidas;
- III – receber o objeto contratual, provisória e definitivamente, nos termos estabelecidos neste contrato e no Termo de Referência, após verificação da conformidade dos serviços executados;
- IV – notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca de quaisquer falhas, irregularidades, imperfeições ou inadequações constatadas na execução dos serviços, fixando prazo razoável para sua correção;
- V – efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, nas condições e prazos estabelecidos neste contrato, desde que atendidos todos os



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE RORAIMA – CREA-RR

requisitos para liquidação da despesa;

VI – aplicar as sanções administrativas cabíveis, quando constatado o descumprimento das obrigações contratuais;

VII – comunicar à CONTRATADA, com a devida antecedência, eventuais alterações nas rotinas operacionais que possam impactar a execução dos serviços, desde que compatíveis com o objeto contratado;

VIII – analisar e decidir, de forma motivada, os pedidos formulados pela CONTRATADA, inclusive aqueles relativos à repactuação, reequilíbrio econômico-financeiro e demais pleitos contratuais, no prazo legal;

IX – promover os atos necessários à formalização de aditivos contratuais, quando cabíveis e devidamente justificados;

X – manter registro formal das ocorrências relacionadas à execução contratual, para fins de acompanhamento, controle e eventual responsabilização.

8.2. A atuação da CONTRATANTE no acompanhamento e fiscalização da execução contratual não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela execução integral do objeto, permanecendo esta como única responsável pelos encargos e riscos decorrentes da prestação dos serviços.

8.3. É expressamente vedado à CONTRATANTE praticar atos que caracterizem ingerência indevida na administração da CONTRATADA, especialmente:

I – indicar ou determinar a contratação de pessoas específicas para execução dos serviços;

II – estabelecer, direta ou indiretamente, valores salariais a serem pagos aos empregados da CONTRATADA, salvo nos limites definidos em lei ou convenção coletiva aplicável;

III – estabelecer vínculo de subordinação direta entre seus servidores e os empregados da CONTRATADA;

IV – definir rotinas operacionais internas da CONTRATADA que extrapolem o escopo do objeto contratado;

V – exigir execução de atividades alheias ao objeto contratual;

VI – adotar práticas que impliquem interferência na gestão administrativa, financeira ou operacional da CONTRATADA.

8.4. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, tampouco por danos causados a terceiros em decorrência de atos praticados por empregados, prepostos ou representantes da CONTRATADA.

8.5. A eventual tolerância quanto ao descumprimento de obrigações contratuais por parte da CONTRATADA não implicará novação, renúncia ou alteração das disposições contratuais, podendo a CONTRATANTE exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

8.6. A CONTRATANTE poderá, sempre que necessário, adotar medidas destinadas à



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE RORAIMA – CREA-RR

proteção do interesse público e à prevenção de sua responsabilização subsidiária, inclusive mediante retenção de valores, exigência de documentação adicional e comunicação aos órgãos competentes.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto contratual com estrita observância das disposições legais, regulamentares e contratuais aplicáveis, assumindo integral responsabilidade pela perfeita execução dos serviços, bem como por todos os riscos, custos e encargos decorrentes da contratação.

9.2. OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS

9.2.1. Executar os serviços de forma contínua, eficiente e ininterrupta, garantindo a manutenção permanente das condições adequadas de limpeza, conservação, asseio e higienização das instalações da CONTRATANTE.

9.2.2. Disponibilizar e manter, durante toda a vigência contratual, o quantitativo necessário de profissionais, devidamente qualificados, treinados, uniformizados e equipados, assegurando o pleno atendimento das demandas operacionais.

9.2.3. Substituir, no prazo máximo de 2 (duas) horas, qualquer empregado ausente, afastado ou que, por qualquer motivo, não esteja apto à execução dos serviços, sem prejuízo da continuidade da prestação.

9.2.4. Designar preposto com poderes de representação, responsável pelo acompanhamento da execução contratual e interlocução direta com a fiscalização da CONTRATANTE.

9.2.5. Fornecer, de forma contínua e adequada: a) materiais de limpeza; b) insumos; c) equipamentos; d) utensílios; e) uniformes; f) EPIs, em quantidades suficientes à plena execução contratual, responsabilizando-se por sua reposição imediata sempre que necessário.

9.2.6. Manter controle rigoroso da execução dos serviços, inclusive quanto à qualidade, produtividade e regularidade, adotando medidas corretivas imediatas em caso de falhas ou inadequações.

9.2.7. Observar rigorosamente os horários e jornadas estabelecidos, vedada a realização de horas extras sem prévia justificativa e autorização.

9.2.8. Garantir que todos os serviços sejam executados em conformidade com as normas de segurança do trabalho, higiene ocupacional e boas práticas operacionais.

9.2.9. Comunicar imediatamente à fiscalização qualquer ocorrência anormal, acidente ou situação que possa comprometer a execução dos serviços ou a segurança de pessoas e bens.

9.2.10. Atender prontamente às determinações da fiscalização, desde que compatíveis com o objeto contratual.

9.3. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

9.3.1. Assumir integral responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, não



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE RORAIMA – CREA-RR

se transferindo, em nenhuma hipótese, tais encargos à CONTRATANTE.

9.3.2. Efetuar o pagamento dos salários de seus empregados até o 5º (quinto) dia útil, em estrita observância à legislação trabalhista e à convenção coletiva aplicável.

9.3.3. Cumprir integralmente as disposições previstas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho da categoria, especialmente no que se refere a: a) pisos salariais; b) benefícios obrigatórios; c) jornada de trabalho; d) adicionais legais.

9.3.4. Realizar os recolhimentos de FGTS, contribuições previdenciárias e tributos incidentes, dentro dos prazos legais, mantendo a regularidade fiscal e trabalhista durante toda a execução contratual.

9.3.5. Fornecer aos seus empregados: a) vale transporte; b) vale alimentação/refeição; c) uniformes, em conformidade com a legislação e normas coletivas aplicáveis.

9.3.6. Manter atualizados e disponíveis à fiscalização todos os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas, incluindo folhas de pagamento, comprovantes de recolhimentos e contratos de trabalho.

9.3.7. Observar as normas relativas à saúde e segurança do trabalho, responsabilizando-se por: a) treinamentos obrigatórios; b) fornecimento e fiscalização do uso de EPIs; c) prevenção de acidentes;

9.3.8. Cumprir as cotas legais de: a) pessoas com deficiência (PcD); b) aprendizes, quando aplicáveis.

9.4. RESPONSABILIDADE E RISCOS

9.4.1. Responsabilizar-se integralmente por quaisquer danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão de seus empregados, prepostos ou representantes.

9.4.2. Assumir todos os riscos inerentes à execução contratual, inclusive aqueles decorrentes de falhas operacionais, inadequação de dimensionamento ou gestão ineficiente.

9.4.3. Não transferir à CONTRATANTE qualquer responsabilidade decorrente de inadimplemento de obrigações trabalhistas, fiscais ou previdenciárias.

9.5. VEDAÇÕES E GARANTIAS

9.5.1. É vedado à CONTRATADA:

- I – utilizar mão de obra em desacordo com a legislação trabalhista;
- II – subcontratar atividades essenciais sem autorização;
- III – descumprir normas de segurança e saúde ocupacional;
- IV – permitir a execução de serviços por empregados não registrados ou irregulares.

9.5.2. A CONTRATADA declara, expressamente, que:

- I – possui capacidade técnica e operacional para execução do objeto;
- II – assume integral responsabilidade pela gestão da mão de obra;
- III – não haverá formação de vínculo empregatício com a CONTRATANTE

9.6. MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

9.6.1. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência do contrato, todas as



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE RORAIMA – CREA-RR

condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

9.7. SIGILO E CONDUTA

9.7.1. Guardar sigilo sobre informações obtidas em decorrência da execução do contrato.

9.7.2. Zelar pela conduta adequada de seus empregados nas dependências da CONTRATANTE.

9.8. DAS OBRIGAÇÕES DE INTEGRIDADE, ANTICORRUPÇÃO E PREVENÇÃO À FRAUDE

9.8.1. A CONTRATADA declara que conduz suas atividades em estrita conformidade com os princípios da legalidade, moralidade, probidade administrativa e boa-fé, comprometendo-se a observar integralmente as disposições da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), bem como demais normas aplicáveis à prevenção e repressão de atos ilícitos contra a Administração Pública.

9.8.2. A CONTRATADA obriga-se a não praticar, direta ou indiretamente, por si, seus sócios, administradores, empregados, prepostos ou terceiros a ela vinculados, quaisquer atos que configurem fraude, corrupção, conluio, simulação ou qualquer outra prática ilícita no âmbito da execução contratual.

9.8.3. Para os fins deste contrato, consideram-se, dentre outras, práticas vedadas:

- I – oferecer, prometer, dar ou receber vantagem indevida, de qualquer natureza, a agente público ou a terceiro a ele relacionado;
- II – frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório;
- III – manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- IV – apresentar documentação falsa, incompleta ou enganosa;
- V – dificultar atividades de investigação ou fiscalização de órgãos públicos;
- VI – praticar qualquer ato que vise obter vantagem indevida ou causar prejuízo à Administração Pública.

9.8.4. A CONTRATADA compromete-se a implementar e manter mecanismos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades, especialmente voltados à prevenção de fraudes e corrupção na execução contratual.

9.8.5. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer indício, suspeita ou ocorrência de irregularidade, fraude ou ato ilícito relacionado à execução do contrato, adotando as medidas necessárias à sua apuração e mitigação.

9.8.6. A constatação, ainda que indiciária, da prática de atos ilícitos previstos nesta cláusula poderá ensejar:

- I – aplicação das sanções administrativas cabíveis;
- II – rescisão unilateral do contrato;
- III – comunicação aos órgãos de controle e persecução competentes;
- IV – responsabilização civil e administrativa da CONTRATADA.

9.8.7. A CONTRATADA responsabiliza-se integralmente pelos atos praticados por seus empregados, prepostos, representantes ou terceiros a ela vinculados, inclusive no âmbito de eventuais subcontratações autorizadas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE RORAIMA – CREA-RR

9.8.8. A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, realizar diligências, auditorias ou solicitações de informações com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula, devendo a CONTRATADA prestar integral colaboração.

9.8.9. O descumprimento das disposições desta cláusula será considerado falta grave, apta a ensejar a aplicação de sanções de maior gravidade, inclusive declaração de inidoneidade, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DO CONTROLE DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

10.1. A execução do contrato será acompanhada, controlada e fiscalizada por representantes da CONTRATANTE formalmente designados, na qualidade de gestor e fiscais do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes a verificação do cumprimento integral das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

10.2. A fiscalização será exercida de forma contínua, sistemática e documentalmente registrada, abrangendo todos os aspectos técnicos, operacionais, administrativos, trabalhistas, previdenciários e fiscais relacionados à execução do objeto contratual.

10.3. Para fins de controle e rastreabilidade da execução contratual, deverão ser mantidos, obrigatoriamente, registros formais e atualizados, incluindo, mas não se limitando a:

- I – relatórios mensais de execução dos serviços;
- II – registros de ocorrências, falhas e não conformidades;
- III – comunicações formais entre as partes;
- IV – avaliações de desempenho com base no IMR;
- V – registros de presença e atuação dos empregados;
- VI – documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas.

10.4. Os registros mencionados no item anterior constituirão prova documental hábil para fins de:

- I – aplicação de glosas;
- II – imposição de sanções administrativas;
- III – instrução de processos de responsabilização;
- IV – eventual rescisão contratual

10.5. A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo:

- I – realizar inspeções, auditorias e diligências nas dependências onde os serviços são executados;
- II – solicitar documentos, informações e esclarecimentos à CONTRATADA;
- III – verificar a regularidade trabalhista, fiscal e previdenciária;
- IV – exigir a correção imediata de falhas ou irregularidades constatadas.

10.6. A CONTRATADA deverá disponibilizar, de forma imediata e irrestrita, todos os documentos e informações solicitados pela fiscalização, sob pena de aplicação das sanções



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE RORAIMA – CREA-RR

cabíveis.

10.7. Constatadas falhas, irregularidades ou descumprimento das obrigações contratuais, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para que promova a devida correção no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de glosas e demais penalidades.

10.8. A persistência ou reiteração de falhas na execução contratual poderá ser caracterizada como inadimplemento grave, apto a ensejar a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

10.9. A fiscalização contratual não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela execução integral do objeto, permanecendo esta como única responsável pelos danos, prejuízos e irregularidades decorrentes da prestação dos serviços.

10.10. A CONTRATANTE poderá determinar a paralisação de serviços ou atividades executadas em desconformidade com as normas contratuais, legais ou técnicas, ou que representem risco à segurança de pessoas, bens ou ao interesse público, devendo a CONTRATADA adotar imediatamente as medidas corretivas necessárias.

10.11. A atuação da fiscalização será pautada pelos princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência e supremacia do interesse público, sendo vedada a ingerência indevida na gestão administrativa da CONTRATADA, conforme disposto neste contrato.

10.12. A CONTRATANTE poderá instituir rotinas complementares de controle, inclusive por meio de sistemas eletrônicos, checklists operacionais, relatórios padronizados e indicadores de desempenho, com vistas ao aprimoramento da gestão contratual e à produção de prova documental consistente.

10.13. A CONTRATADA deverá manter preposto disponível durante toda a execução contratual, apto a atender prontamente às demandas da fiscalização e a adotar as providências necessárias à regularização de eventuais inconformidades.

10.14. O não atendimento às solicitações da fiscalização, a omissão na prestação de informações ou a apresentação de dados inconsistentes ou incompletos constituem infração contratual, sujeitando a CONTRATADA às sanções previstas neste instrumento.

10.15. A fiscalização da execução contratual considerará, para fins de aferição de conformidade, as especificações técnicas, padrões de qualidade e exigências constantes do Termo de Referência, podendo rejeitar serviços ou insumos que não atendam aos critérios estabelecidos.

10.16. A aferição do desempenho contratual e eventual aplicação de glosas observará, além dos indicadores previstos neste contrato, os parâmetros técnicos e operacionais definidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CONTA VINCULADA E DAS GARANTIAS TRABALHISTAS

11.1. Com o objetivo de mitigar riscos de inadimplemento das obrigações trabalhistas e prevenir a responsabilização subsidiária da Administração, será adotado o mecanismo de conta vinculada, nos termos da legislação aplicável, especialmente a Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE RORAIMA – CREA-RR

11.2. A conta vinculada será destinada ao provisionamento de valores correspondentes às obrigações trabalhistas relativas aos empregados alocados na execução do contrato, abrangendo, no mínimo:

- I – 13º salário;
- II – férias acrescidas de 1/3 constitucional;
- III – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- IV – verbas rescisórias;
- V – demais encargos trabalhistas incidentes.

11.3. A CONTRATANTE promoverá a retenção dos valores correspondentes às parcelas mencionadas no item anterior, efetuando o respectivo depósito na conta vinculada, aberta em instituição financeira oficial, em nome da CONTRATADA, com movimentação condicionada à autorização da Administração.

11.4. A movimentação da conta vinculada somente será permitida mediante comprovação, pela CONTRATADA, do efetivo cumprimento das obrigações trabalhistas a que se destinam os valores, devendo ser previamente autorizada pela CONTRATANTE, após análise da documentação apresentada.

11.5. A CONTRATADA deverá apresentar, sempre que solicitado, documentos comprobatórios idôneos que evidenciem o correto pagamento das verbas trabalhistas, incluindo:

- I - comprovantes de pagamento de salários;
- II - guias de recolhimento de FGTS;
- III - comprovantes de recolhimento previdenciário;
- IV - documentos rescisórios, quando aplicável.

11.6. Na hipótese de inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá:

- I – reter valores devidos à CONTRATADA;
- II – utilizar os recursos depositados na conta vinculada para pagamento direto aos trabalhadores;
- III – efetuar depósitos diretamente aos empregados ou aos respectivos fundos legais;
- IV – adotar outras medidas necessárias à regularização das pendências trabalhistas.

11.7. A utilização dos valores da conta vinculada pela CONTRATANTE, para fins de quitação de obrigações trabalhistas, não implica reconhecimento de vínculo empregatício, nem transferência de responsabilidade à Administração.

11.8. A CONTRATADA é a única e exclusiva responsável pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais decorrentes da execução do contrato, não se transferindo à CONTRATANTE quaisquer encargos, ainda que decorrentes de eventual inadimplemento.

11.9. A ausência de comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas poderá ensejar:

- I – suspensão do pagamento;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE RORAIMA – CREA-RR

- II – retenção de valores;
- III – aplicação de sanções administrativas;
- IV – rescisão contratual.

11.10. A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, realizar auditorias e verificações quanto à regularidade das obrigações trabalhistas, inclusive mediante cruzamento de dados, diligências e solicitações de documentos.

11.11. Os valores remanescentes na conta vinculada, ao final do contrato, somente serão liberados à CONTRATADA após a comprovação da quitação integral de todas as obrigações trabalhistas relativas aos empregados vinculados à execução contratual.

11.12. A eventual insuficiência de recursos na conta vinculada não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade integral pelo pagamento das obrigações trabalhistas, podendo a CONTRATANTE adotar as medidas necessárias à sua regularização.

11.13. A adoção da conta vinculada não impede a aplicação de outros mecanismos de controle e garantia previstos neste contrato, podendo a CONTRATANTE cumular medidas sempre que necessário à proteção do interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas neste contrato, a CONTRATADA ficará sujeita à aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilização civil e demais cominações legais cabíveis.

12.2. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

12.2.1. Poderão ser aplicadas à CONTRATADA, observada a gravidade da infração, as seguintes sanções:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.3. DAS MULTAS – CRITÉRIOS OBJETIVOS

12.3.1. As multas serão aplicadas de forma proporcional à gravidade da infração, observando-se os seguintes parâmetros:

- I – Multa por descumprimento leve, de 0,5% (meio por cento) sobre o valor mensal do contrato, aplicável em casos de:
 - a) falhas pontuais na execução
 - b) atraso na correção de irregularidades
 - c) descumprimento de obrigações acessórias
- II – Multa por descumprimento moderado, de 2% (dois por cento) sobre o valor mensal aplicável em casos de:
 - a) reincidência de falhas
 - b) não substituição de empregado no prazo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE RORAIMA – CREA-RR

c) descumprimento de padrões de qualidade (IMR)

III – Multa por descumprimento grave, de 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal, aplicável em casos de:

- a) paralisação parcial dos serviços
- b) falha que comprometa a execução
- c) descumprimento de obrigações trabalhistas

IV – Multa por descumprimento gravíssimo, de até 10% (dez por cento) sobre o valor mensal ou global, aplicável em casos de:

- a) paralisação total
- b) fraude
- c) apresentação de documentos falsos
- d) prática de atos ilícitos ou corrupção

12.4. MULTA MORATÓRIA

12.4.1. O atraso injustificado na execução dos serviços poderá ensejar multa moratória de 0,33% por dia de atraso, limitada a 10% do valor mensal.

12.5. ACUMULAÇÃO DE SANÇÕES

12.5.1. As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com outras sanções administrativas, inclusive impedimento de licitar ou declaração de inidoneidade, conforme a gravidade da infração.

12.6. PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE APLICAÇÃO

12.6.1. A aplicação das penalidades observará procedimento administrativo simplificado, assegurados o contraditório e a ampla defesa, compreendendo:

- I – registro da ocorrência pela fiscalização;
- II – notificação da CONTRATADA para manifestação no prazo de até 5 (cinco) dias úteis;
- III – análise técnica da defesa apresentada;
- IV – decisão motivada da autoridade competente.

12.6.2. A ausência de manifestação da CONTRATADA no prazo estipulado implicará preclusão do direito de defesa administrativa.

12.7. DESCONTO DIRETO

12.7.1. As multas aplicadas poderão ser descontadas diretamente dos valores devidos à CONTRATADA; ou, compensadas com créditos existentes; ou, cobradas administrativamente ou judicialmente.

12.8. CRITÉRIO DE GRAVIDADE

12.8.1. Para fins de aplicação das penalidades, serão consideradas a natureza da infração, o grau de impacto na execução contratual; a reincidência; o dano causado à Administração; a conduta da CONTRATADA.

12.9. REINCIDÊNCIA

12.9.1. A reincidência em infrações de mesma natureza poderá ensejar:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE RORAIMA – CREA-RR

- I – majoração da penalidade;
- II – aplicação de sanção mais grave;
- III – instauração de processo de rescisão contratual.

12.10. NÃO EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE

12.10.1. A aplicação de penalidades não exclui:

- I - a obrigação de reparar danos;
- II - a responsabilidade civil da CONTRATADA;
- III - outras medidas legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. O presente contrato poderá ser rescindido, total ou parcialmente, pela CONTRATANTE, nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, bem como nas situações expressamente estabelecidas neste instrumento, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2. RESCISÃO UNILATERAL PELA ADMINISTRAÇÃO

13.2.1. Constituem hipóteses de rescisão unilateral, independentemente de aviso prévio, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis:

- I – descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais;
- II – execução irregular dos serviços, devidamente comprovada pela fiscalização;
- III – reiteradas falhas na execução, evidenciadas por registros formais e avaliações do IMR;
- IV – não atendimento às determinações da fiscalização contratual;
- V – atraso injustificado ou paralisação dos serviços;
- VI – inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias ou fiscais;
- VII – apresentação de documentação falsa ou irregular;
- VIII – prática de fraude, conluio, corrupção ou qualquer ato ilícito;
- IX – perda das condições de habilitação ou qualificação;
- X – subcontratação irregular;
- XI – descumprimento das obrigações de integridade e anticorrupção;
- XII – ocorrência de situações que comprometam a continuidade ou a qualidade da execução contratual.

13.3. RESCISÃO POR REITERAÇÃO DE FALHAS

13.3.1. A reiteração de falhas na execução contratual, ainda que individualmente consideradas de menor gravidade, poderá ensejar a rescisão do contrato, quando evidenciado padrão de desempenho insatisfatório, devidamente registrado por meio de:

- I - relatórios de fiscalização;
- II - avaliações do IMR;
- III - notificações formais.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE RORAIMA – CREA-RR

13.4. RESCISÃO POR INTERESSE PÚBLICO

13.4.1. O contrato poderá ser rescindido por razões de interesse público devidamente justificadas, mediante decisão fundamentada da autoridade competente, sem que caiba à CONTRATADA direito à indenização, exceto quanto aos serviços efetivamente prestados.

13.5. RESCISÃO AMIGÁVEL

13.5.1. A rescisão poderá ocorrer por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração e inexistam prejuízos ao interesse público.

13.6. PROCEDIMENTO DE RESCISÃO

13.6.1. A rescisão será precedida de processo administrativo devidamente instruído, contendo:

- I – registros da fiscalização;
- II – comprovação das irregularidades;
- III – notificações encaminhadas à CONTRATADA;
- IV – análise técnica da execução contratual;
- V – manifestação da CONTRATADA, quando cabível.

13.6.2. A ausência de manifestação da CONTRATADA, no prazo estabelecido, não impedirá a continuidade do processo administrativo.

13.7. EFEITOS DA RESCISÃO

13.7.1. A rescisão contratual acarretará, sem prejuízo de outras medidas:

- I – retenção de créditos eventualmente devidos à CONTRATADA;
- II – execução de garantias contratuais, quando existentes;
- III – aplicação de penalidades administrativas;
- IV – responsabilização civil pelos danos causados;
- V – comunicação aos órgãos de controle competentes.

13.8. CONTINUIDADE DO SERVIÇO

13.8.1. Em caso de rescisão, a CONTRATADA deverá assegurar a continuidade dos serviços pelo prazo necessário à transição contratual, conforme determinação da CONTRATANTE, sob pena de agravamento das sanções aplicáveis.

13.9. UTILIZAÇÃO DE PROVA DOCUMENTAL

13.9.1. Para fins de rescisão contratual, serão considerados como elementos probatórios válidos:

- I - relatórios de fiscalização;
- II - registros de ocorrência;
- III - avaliações de desempenho (IMR);
- IV - notificações formais;
- V - documentos trabalhistas e fiscais.

13.10. NÃO EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE

13.10.1. A rescisão do contrato não afasta a responsabilidade da CONTRATADA por obrigações anteriormente assumidas, nem a obrigação de reparar danos causados à Administração ou a terceiros.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE RORAIMA – CREA-RR

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES TRABALHISTAS E DO NÃO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

14.1. A execução dos serviços objeto deste contrato será realizada por empregados da CONTRATADA, sob sua exclusiva responsabilidade, inexistindo qualquer vínculo jurídico de natureza trabalhista, previdenciária ou de qualquer outra espécie entre tais trabalhadores e a CONTRATANTE.

14.2. A CONTRATADA é a única responsável pela contratação, gestão, supervisão, direção técnica e disciplinar de seus empregados, cabendo-lhe, com exclusividade, a definição de:

- I – critérios de seleção e admissão;
- II – remuneração e benefícios;
- III – jornada de trabalho e controle de frequência;
- IV – aplicação de sanções disciplinares;
- V – desligamento de pessoal.

14.3. É expressamente vedada a formação de vínculo de subordinação direta entre os empregados da CONTRATADA e os agentes da CONTRATANTE, devendo toda e qualquer comunicação operacional ocorrer por intermédio do preposto designado.

14.4. A atuação da fiscalização da CONTRATANTE limitar-se-á ao acompanhamento e verificação do cumprimento das obrigações contratuais, sendo vedada qualquer ingerência na gestão administrativa, trabalhista ou operacional da CONTRATADA.

14.5. A eventual indicação de ajustes operacionais, por parte da fiscalização, não caracteriza subordinação direta, tampouco ingerência indevida, desde que restrita ao objeto contratado e aos padrões de desempenho exigidos.

14.6. A CONTRATADA deverá orientar seus empregados quanto à inexistência de vínculo com a CONTRATANTE, bem como quanto à necessidade de observância das regras internas de conduta nas dependências da Administração.

14.7. A CONTRATADA responsabiliza-se integralmente por quaisquer reclamações trabalhistas propostas por seus empregados, ex-empregados ou terceiros vinculados à execução contratual, comprometendo-se a:

- I – assumir integralmente o polo passivo das demandas;
- II – ressarcir a CONTRATANTE por eventuais condenações;
- III – adotar todas as medidas necessárias à sua defesa judicial.

14.8. Na hipótese de a CONTRATANTE ser incluída no polo passivo de demanda trabalhista, a CONTRATADA deverá:

- I – promover sua exclusão do feito, quando cabível;
- II – assumir integral responsabilidade pela defesa;
- III – arcar com todos os custos, indenizações e encargos eventualmente decorrentes.

14.9. A inadimplência da CONTRATADA quanto às obrigações trabalhistas, previdenciárias ou fiscais não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas.

14.10. A CONTRATANTE poderá adotar medidas preventivas com o objetivo de mitigar



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE RORAIMA – CREA-RR

riscos de responsabilização subsidiária, incluindo retenção de valores, exigência de documentação comprobatória e utilização da conta vinculada.

14.11. A CONTRATADA declara que possui estrutura organizacional e capacidade econômico-financeira suficientes para a execução do objeto contratual, assumindo integral responsabilidade pelos encargos decorrentes da relação de trabalho.

14.12. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente a legislação trabalhista vigente, bem como as normas coletivas aplicáveis, sendo vedada a utilização de mão de obra em condições irregulares ou em desacordo com a legislação.

14.13. O descumprimento das disposições desta cláusula será considerado infração grave, apta a ensejar a aplicação de sanções administrativas e, conforme o caso, a rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

15.1. As partes comprometem-se a cumprir integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), bem como demais normas aplicáveis à proteção de dados pessoais, no âmbito da execução do presente contrato.

15.2. Para fins deste contrato, a CONTRATANTE atuará, em regra, como controladora dos dados pessoais, e a CONTRATADA como operadora, devendo esta realizar o tratamento de dados pessoais exclusivamente conforme as instruções da CONTRATANTE e nos limites necessários à execução do objeto contratual.

15.3. A CONTRATADA obriga-se a:

- I – tratar os dados pessoais de forma lícita, transparente e adequada às finalidades do contrato;
- II – utilizar os dados exclusivamente para execução do objeto contratual, vedada sua utilização para fins diversos;
- III – adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, perda, destruição, alteração ou divulgação indevida;
- IV – manter registro das operações de tratamento de dados realizadas no âmbito do contrato;
- V – garantir que seus empregados, prepostos e eventuais subcontratados observem as normas de proteção de dados;
- VI – assegurar a confidencialidade e o sigilo das informações tratadas.

15.4. A CONTRATADA não poderá compartilhar, transferir, divulgar ou disponibilizar dados pessoais a terceiros sem prévia autorização expressa da CONTRATANTE, salvo nas hipóteses legalmente exigidas.

15.5. Na hipótese de ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares de dados pessoais, a CONTRATADA deverá:

- I – comunicar imediatamente a CONTRATANTE, em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE RORAIMA – CREA-RR

- II – fornecer todas as informações necessárias à avaliação do incidente;
- III – adotar, de forma imediata, as medidas necessárias à mitigação dos danos;
- IV – cooperar integralmente com a CONTRATANTE e autoridades competentes.

15.6. A CONTRATADA deverá manter política interna de proteção de dados e segurança da informação compatível com a natureza dos dados tratados, podendo a CONTRATANTE, a qualquer tempo, solicitar comprovação de sua implementação.

15.7. A CONTRATANTE poderá realizar auditorias, diligências ou solicitações de informações com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula, devendo a CONTRATADA prestar integral colaboração.

15.8. O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula poderá ensejar:

- I – aplicação de sanções administrativas;
- II – rescisão contratual;
- III – responsabilização civil por eventuais danos causados;
- IV – comunicação às autoridades competentes.

15.9. Ao término do contrato, a CONTRATADA deverá, conforme orientação da CONTRATANTE:

- I – eliminar os dados pessoais tratados; ou
- II – devolvê-los de forma segura, vedada a retenção indevida ou utilização posterior.

15.10. A CONTRATADA responsabiliza-se integralmente por quaisquer danos decorrentes de tratamento inadequado de dados pessoais, inclusive aqueles causados por seus empregados, prepostos ou terceiros a ela vinculados.

15.11. A presente cláusula subsistirá mesmo após o término do contrato, enquanto perdurar o tratamento de dados pessoais ou a necessidade de resguardar direitos das partes e dos titulares.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA REJEIÇÃO TÉCNICA DE INSUMOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

16.1. Todos os insumos, materiais, equipamentos, ferramentas e produtos empregados na execução do objeto contratual deverão atender, de forma integral e cumulativa, às especificações técnicas, padrões de qualidade, requisitos de desempenho e critérios de sustentabilidade estabelecidos no Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar e nas normas aplicáveis.

16.2. A CONTRATANTE, por meio da fiscalização contratual, poderá, a qualquer tempo, proceder à verificação técnica dos insumos e materiais utilizados, inclusive mediante inspeção in loco, análise documental, testes de conformidade e requisição de fichas técnicas, laudos ou certificações.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE RORAIMA – CREA-RR

16.3. Serão considerados tecnicamente inadequados e, portanto, passíveis de rejeição imediata, os insumos e materiais que:

- I – não atendam às especificações técnicas previstas no Termo de Referência;
- II – apresentem qualidade inferior, rendimento insuficiente ou desempenho incompatível com o padrão exigido;
- III – estejam em desacordo com normas sanitárias, ambientais ou de segurança aplicáveis;
- IV – tenham sido substituídos sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- V – apresentem indícios de adulteração, falsificação ou procedência duvidosa;
- VI – estejam fora do prazo de validade ou em condições inadequadas de armazenamento;
- VII – não possuam registro ou certificação exigida por órgãos competentes, quando aplicável.

16.4. Constatada a utilização de insumos em desconformidade, a CONTRATANTE determinará a sua imediata substituição, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem qualquer ônus adicional, sob pena de:

- I – rejeição dos serviços executados;
- II – aplicação de glosa proporcional ou integral da medição correspondente;
- III – aplicação das sanções administrativas cabíveis;
- IV – caracterização de inadimplemento contratual.

16.5. A rejeição técnica dos insumos implicará, automaticamente, a não aceitação dos serviços a eles vinculados, ainda que parcialmente executados, não sendo devido qualquer pagamento à CONTRATADA até a regularização das inconformidades.

16.6. A substituição de insumos por equivalentes somente será admitida mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, condicionada à comprovação técnica de equivalência ou superioridade, devidamente instruída com documentação idônea.

16.7. A reincidência na utilização de insumos em desconformidade será considerada falta grave, apta a ensejar a aplicação de penalidades mais severas, inclusive multa agravada e eventual rescisão contratual.

16.8. A CONTRATADA deverá manter, nas dependências da execução contratual ou em local de fácil acesso à fiscalização, relação atualizada dos insumos utilizados, acompanhada de suas respectivas fichas técnicas, certificados e documentos comprobatórios de conformidade.

16.9. A atuação da fiscalização quanto à rejeição de insumos constitui exercício regular do poder-dever de controle da Administração, não caracterizando ingerência indevida na gestão da CONTRATADA.

16.10. A aceitação eventual de determinado insumo em momento anterior não gera direito adquirido à sua utilização futura, podendo a CONTRATANTE, a qualquer tempo, reavaliar



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE RORAIMA – CREA-RR

sua conformidade técnica.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

17.1. O presente contrato rege-se pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, pela legislação correlata aplicável e pelas cláusulas e condições aqui estabelecidas, bem como pelos documentos que integram o processo administrativo nº 00300/2026.

17.2. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, para todos os fins de direito:

- I – o Estudo Técnico Preliminar;
- II – o Termo de Referência e seus anexos;
- III – o edital e seus anexos;
- IV – a proposta da CONTRATADA;
- V – demais documentos constantes do processo administrativo.

17.3. Em caso de divergência entre os documentos mencionados no item anterior, prevalecerá a seguinte ordem de hierarquia:

- I – este contrato;
- II – o Termo de Referência;
- III – o edital;
- IV – a proposta da CONTRATADA;
- V – demais documentos do processo.

17.4. A eventual nulidade ou invalidade de qualquer disposição contratual não afetará as demais cláusulas, que permanecerão plenamente válidas e eficazes.

17.5. A tolerância de uma parte quanto ao descumprimento de qualquer obrigação pela outra não implicará novação, renúncia de direito ou alteração contratual, podendo a parte prejudicada exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

17.6. As alterações contratuais somente terão validade se formalizadas por meio de termo aditivo, devidamente justificado e autorizado pela autoridade competente, observadas as hipóteses legais previstas na Lei nº 14.133/2021.

17.7. A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

17.8. As comunicações entre as partes deverão ser realizadas, preferencialmente, por meio formal e passível de registro, inclusive eletrônico, de modo a assegurar a rastreabilidade e a produção de prova documental.

17.9. A execução do contrato deverá observar, em todos os seus aspectos, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e supremacia do interesse público.

17.10. Os casos omissos serão resolvidos pela CONTRATANTE, com fundamento na legislação aplicável, nos princípios do direito administrativo e na jurisprudência dos órgãos de controle.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE RORAIMA – CREA-RR

17.11. O Termo de Referência, o Estudo Técnico Preliminar e demais documentos técnicos integram o presente contrato como partes indissociáveis, prevalecendo, em caso de divergência, as disposições mais específicas e técnicas constantes desses instrumentos.

17.12. Fica eleito o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária de Roraima, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais controvérsias oriundas deste contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal.

Boa Vista – RR, xx de xxxxxx de 2026.

NEOVÂNIO SOARES LIMA

PRESIDENTE DO CREA-RR

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

P. rep. Legal

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:
